



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP

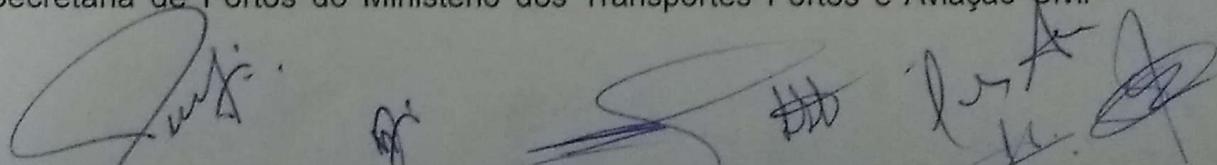
PORTO DE MANAUS

ATA DA 164ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

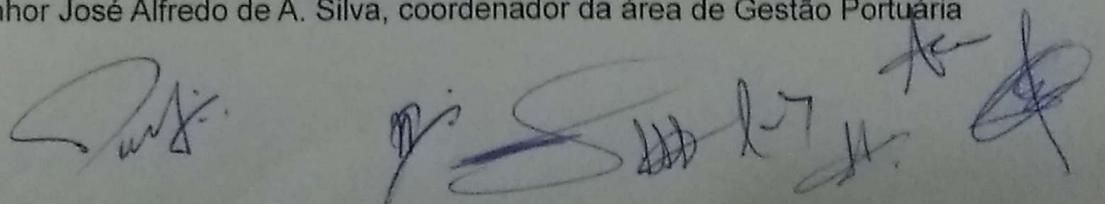
A small, handwritten mark or signature in the bottom left corner of the page.

A cluster of handwritten signatures in the bottom right corner of the page. The signatures are written in dark ink and vary in style, including a large, sweeping signature and several smaller, more compact ones.

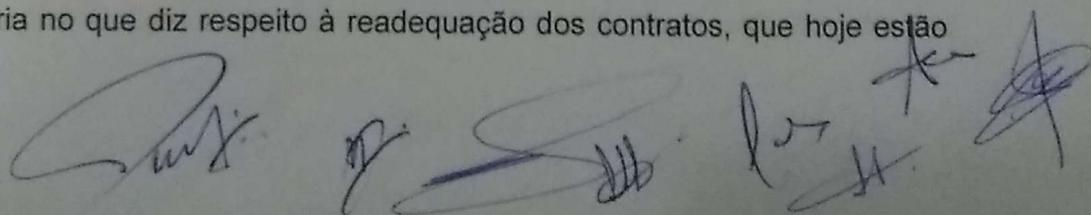
No nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de reunião da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Manaus – CAP/MANAUS, / CEP 69005-420 – Manaus – AM, situado na Rua Taquerinha, número 25, Manaus, Estado do Amazonas, realizou-se a centésima sexagésima quarta Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a Presidência de Luiz Stanley da Silva. Estiveram presentes **Os Representantes do Poder Público:** Luiz Stanley da Silva, pela SEP, Antônio Manoel Silvano Neto, pela Administração do Porto, Almir Ribeiro Guimarães Júnior (ausente por motivo de saúde) substituto CT Rodolfo Aurélio, pela Autoridade Marítima, Oséas Reis da Costa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Mirne Santana Lisboa, pelo Sistema de Vigilância de Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, Luciano Moreira de Sousa Neto, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. **Os Representantes da Classe Empresarial:** Alessandro Bronze Toniza, pelo Sindicato dos Operadores Portuários, Wilson Correia, pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Porto, Judson Drummond (titular) e Raimundo Nonato (suplente) pela Associação Brasileira de Terminais Alfandegados – ABTRA, Ataliba David Antônio Filho, pela Associação Comercial do Amazonas - ACA. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários:** Josefina Gomes Dantas, pela Federação Nacional dos Portuários - FNP, Percival Guerreiro Correa, pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores de Navios nas atividades Portuárias – FENCCOVIB, Paulo Sérgio Ibernou da Silva, pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores de Navios nas atividades Portuárias – FENCCOVIB, Clodomir Farias Barreto, pela Federação Nacional de Estiva – FNE, Elias Natividade Brasil, pela Federação Nacional de Estiva – FNE. **Ouvintes:** Juscelino da C. Silva, pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH, Joabe de França Barros pelo Tup's Super Terminais, Dicléa Corrêa Pereira, pelo Porto Chibatão, Erick Lourenço Ramos, pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, Luiz Otávio Cabral da Silva, pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, Francisco Alves, pela AMAZONASTUR, José Alfredo de A. e Silva, Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil–



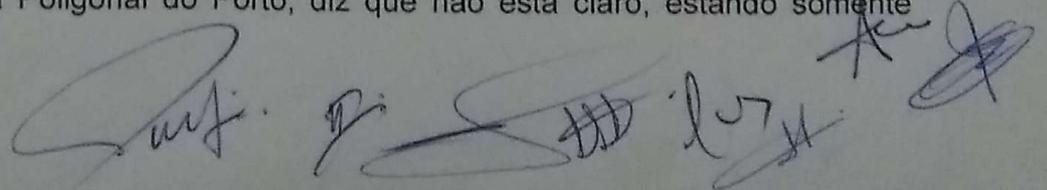
SEP/MTPAC. **Conselheiros Ausentes:** João Ronaldo Melo Mota, pela AEB, Luiz Jorge Martins do Nascimento, pela FNP, Júlio Sérgio Ferreira Cabrales, pela Receita Federal, Anderson Pitzer, pela ABTP, Marco Vinícius da Silva Freitas, pela ABTP, Inês Nascimento Taveira, pela ANVISA, Alfred Dombrow Júnior, pela Autoridade Marítima, Consuelo de Maria D'avila Lopes, pelo Sistema de Vigilância de Agropecuária Internacional – VIGIAGRO. Fica registrado que todos os Conselheiros acima citados justificarão suas ausências através de e-mails enviados à Secretaria-Executiva do CAP. Dando início aos trabalhos, o Presidente passou ao item I – **ABERTURA**, O presidente agradece a presença de todos, e colocou aos presentes a possibilidade de esperarmos até às 09h20min para possibilitar a presença do restante dos Conselheiros, o que foi aceito por todos, quando teve início a reunião. O Presidente comunicou a indicação através da Portaria nº 330, de 26 de Agosto de 2016, publicada no DOU 31/08/16, Seção 2, pág. 84, dos novos representantes da Associação Brasileira de Terminais Alfandegados – ABTRA, senhores Judson Drummond (titular) e Raimundo Nonato de Souza Lopes (suplente), a quem deu posse nesta oportunidade. Passou ao Item II – **ORDEM DO DIA:** Os assuntos receberam as seguintes manifestações: **II. 01** – Aprovação da Ata da Reunião nº 163ª, do dia 08/04/2016. Foi submetida aos conselheiros a mencionada Ata, e tendo em vista a manifestação de alguns Conselheiros que afirmaram não terem recebido cópia da mesma, ficou definido que a Ata da 163ª Reunião, será reenviada juntamente com a Ata da 164ª Reunião Ordinária realizada hoje, para apreciação e aprovação de todos os presentes. **II. 02** – Foi deliberado sobre o calendário de reuniões para o próximo ano, ficando acordadas no Conselho, as seguintes datas: A primeira para dia 27/01, a segunda para dia 28/04, a terceira para dia 28/07, e a quarta, para dia 27/10 de 2017, oportunidade em que será proposta a análise e aprovação do calendário para o ano de 2018. O Presidente confirmou que a próxima reunião, será realizada em 27/01, às 09:00hs e que o referido horário será considerado padrão para as demais reuniões do ano, porém, deixou em aberto, a possibilidade da realização de reuniões extraordinárias na forma do Regimento, caso necessário. A seguir, o Presidente passou ao item: **III – ASSUNTOS GERAIS:** O Presidente chamou atenção para os presentes na condição de convidados, apresentando o senhor José Alfredo de A. Silva, coordenador da área de Gestão Portuária



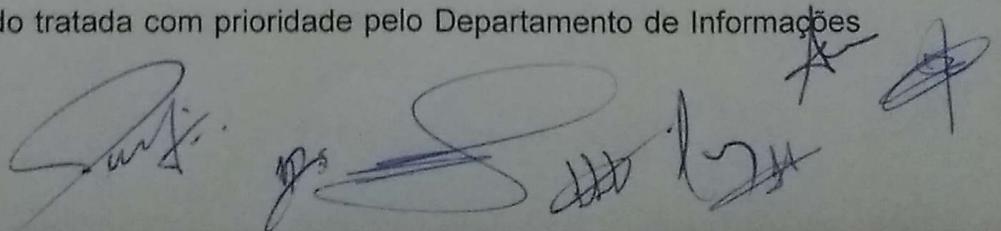
da Diretoria de Gestão e Logística Portuária da SEP/MTPAC, o convite aconteceu para que o mesmo pudesse estar nesta ocasião vivenciando a realidade do POM e assim proporcionar uma maior aproximação dos Servidores da SEP/MPTAC com o Porto de Manaus. Dando prosseguimento, à reunião, os assuntos receberam as seguintes manifestações: **III. 01** – Apresentação da situação da entrega definitiva das obras de Revitalização do Porto de Manaus; O presidente comentou, que conforme tratado nas reuniões anteriores, foi acordada a busca de soluções para resolver esse problema, existindo ações durante o período entre a última reunião até a presente data. Sobre o mesmo, o presidente informou que em 16 de Abril de 2016, foi realizado pela SEP, o recebimento definitivo das obras executadas no âmbito do contrato 861/2013/DAQ/DNIT, o qual tinha por objeto intervenções diversas no Porto Organizado de Manaus, para que as áreas do Porto sejam repassadas para as Arrendatárias. A Comissão encarregada deste recebimento elaborou relatório apresentando algumas Ressalvas. Posteriormente, a SEP encaminhou o referido relatório à CODOMAR, para providências. Comunicou que hoje a Empresa J Nasser, responsável pelo Contrato de Execução junto ao DNIT, realiza alguns reparos na Obra, para sanar problemas de vazamento de água, numa tubulação existente no Porto, e que estava provocando transtornos na área do Armazém 09. Comunicou que o próximo passo será a realização do Inventário do Porto de Manaus, e em seguida repassá-lo à SPU com a realidade atual, para tanto, a Autoridade Portuária deverá realizar esforços com o objetivo de levantar as informações iniciais referentes a esse Inventário, e que também deverá ser mobilizada equipe do Ministério em conjunto com a SEP que, de posse destas informações, consolidará o Inventário do Porto, para na sequência, ser promovida a transferência definitiva aos Arrendatários. **III.02** – Posição sobre a Adequação dos Contratos 01 e 02 de Arrendamento; O presidente explicou que após a reunião de fevereiro os contratos foram localizados, e estão no Departamento de Outorgas Portuárias na SEP, e comenta ainda, que para início da adequação destes contratos é necessário a entrega definitiva da obra, informa que a situação se mantém e que só será possível avançar nesta questão após a transferência definitiva da parte do inventário relativa as obras no Porto. A partir da referida entrega, é possível solicitar a priorização necessária no que diz respeito à readequação dos contratos, que hoje estão



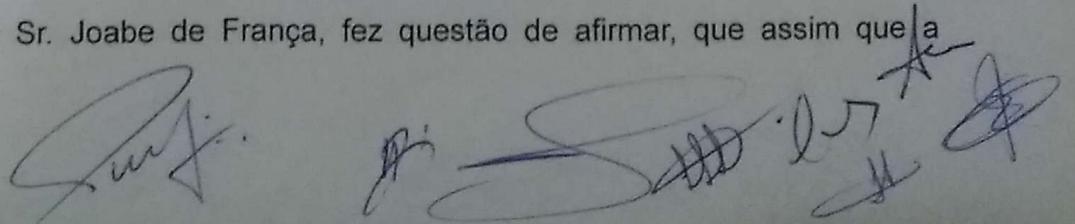
na Secretaria de Outorgas de Portos, este processo é hoje uma demanda prioritária no gabinete do Ministro dos Transportes, que tem um olhar especial para o Porto de Manaus, o que nos faz perceber uma relativa melhora referente situação do início deste ano, resultado dos esforços da atual gestão. **III.03** – Quanto a ação referente à definição do Processo em Estudo para a definição da Poligonal e canal de Acesso ao Porto de Manaus, o Presidente relatou que no início do primeiro semestre de 2016 houve uma Audiência Pública, inclusive com a presença de alguns dos Membros deste Conselho, e que foi de certa forma um pouco complicada. Comunicou que a Diretoria responsável por este estudo, não repassou informações quanto ao atual estágio dos trabalhos. Comunicou que independente do andamento dos estudos, a Autoridade Portuária terá que avançar nas tratativas com os demais órgãos e empresas envolvidas nesta demanda, para que haja um consenso e que todos estejam de acordo com a nova realidade a ser implantada no futuro. Ressaltou a importância de que todas as informações cheguem aos canais competentes, pois a qualquer momento, o processo será apresentado. A representante do Terminal Chibatão, Sra. Dicléia Pereira, questionou quanto ao aproveitamento das contribuições que foram apresentadas na Audiência Pública. O Presidente voltou a informar, que a Secretaria de Infraestrutura da Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, não manifestou nenhuma posição ainda sobre esta demanda. Colocou que todas as contribuições recebem um tratamento sigiloso, pois há muitas divergências entre as partes interessadas. Reafirmou a importância de entendimentos entre os atores envolvidos. O Representante da CODOMAR, Antônio Manoel Silvano Neto, informou que neste sentido, ações junto a Marinha e aos Práticos já foram realizadas. Com relação à parte aquaviária e com o Município, algumas áreas deverão sair da Poligonal na área terrestre. O Presidente ressaltou que a tarifação não é o único aspecto relevante e que outras questões deverão ser trabalhadas para a obtenção do consenso esperado. Observou que a solução referente ao recebimento das Obras realizadas já provocou grande atraso no desenvolvimento do Porto, e que não seria interessante acontecer o mesmo com a questão da Poligonal. O conselheiro Joabe de França Barros, representante do Superterminais, solicitou esclarecimentos quanto à essência do que seria a Poligonal do Porto, diz que não está claro, estando somente



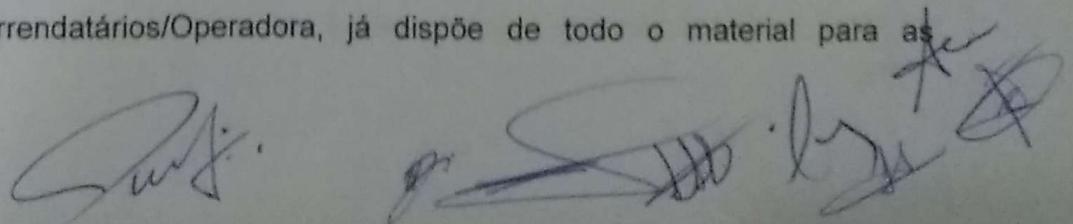
superficialmente na poligonal, e que seria necessário algo com mais detalhes de áreas e definição da poligonal, pois a mesma é natural e sem nenhum investimento. O presidente ressaltou que este tema não se esgotará nesta reunião. O Convidado da SEP, senhor José Alfredo de A. e Silva, colocou que as questões estão sob a gestão de regimento da Audiência Pública e que a partir desta consideração, talvez colocações na ata do CAP, poderiam ser submetidas à consideração do Grupo de Trabalho que realiza os estudos sobre a Poligonal. Colocou que outra questão é quanto à presença ou não dos TUPs na Poligonal, que em alguns Portos tem caráter relevante. Ressaltou a importância da definição da Poligonal para o PDZ do Porto e todos os benefícios futuros advindos desta iniciativa. Foi colocado pelo senhor Percival G. Correia, representante dos Conferentes, que esteve na Audiência e valorizou o fato da mesma ter separado claramente o que é bem público e bem privado de acordo com a Constituição. Também foi valorizada a definição do rio como bem público. Colocou que a definição da Poligonal é uma necessidade e será certamente implementada, só estando em questão a forma. Outra colocação foi a de que o rio é indivisível, portanto, não há possibilidade de sua divisão entre propriedades privadas e públicas na área de Porto molhado, havendo apenas esta possibilidade para Portos Secos. O representante da CODOMAR colaborou com considerações reforçando e endossando as afirmativas do Representante dos Conferentes agora e por ocasião da Audiência, inclusive colocou que foi encaminhado um novo traçado de acesso de 200 metros de largura, como previsto no PDZ, fazendo a ligação do porto Público com a área da SIDERAMA, com cerca de 30 Km ao longo do Rio Negro até o encontro com o Rio Solimões, e que em nenhum momento foi colocado nada relativo a tarifas ou dragagem. Ressaltou que as tratativas da Poligonal fazem parte do protocolo com a Marinha para aprovação da parte aquaviária da Poligonal. Estas questões serão tratadas posteriormente com as partes envolvidas sem inviabilizar o atual estudo da Poligonal. Foi colocado que já houve duas prorrogações no prazo para conclusão dos trabalhos, o que foi considerado muito prejudicial ao entendimento final desta demanda e seu acolhimento por todos. O representante da Associação Comercial levantou a questão da revisão do PDZ, no que foi esclarecido pelo Presidente, que esta demanda também está sendo tratada com prioridade pelo Departamento de Informações



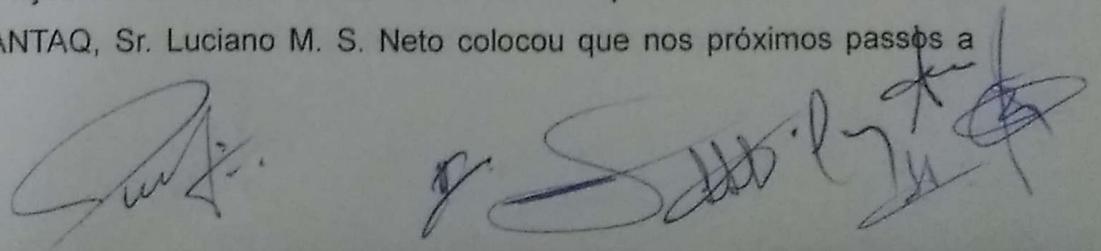
Portuárias – DIP, sendo o Porto Organizado de Manaus um dos poucos PDZs do Arco Norte que falta ser aprovado. O representante da Associação Comercial mencionou também, que as empresas comerciais se ressentem da necessidade de uma paridade tarifária por falta de concorrência entre instalações públicas e privadas, visto que praticamente só as privadas operam cargas em Manaus. O Presidente voltou a afirmar que o Porto de Manaus é prioridade para o Ministro dos Transportes. Finalizando esta parte, afirmou que a ANTAQ será a mediadora na questão de tarifas. Informou ainda que a CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo, começa a operar a partir de dezembro, mais tardar, janeiro de 2017, o primeiro VTMS do Brasil, sistema que serve para controle do tráfego marítimo na área do Porto de Vitória. Ressaltou o alto custo deste investimento, mas que resulta em grande economia e segurança nas operações portuárias no futuro, e que o Porto de Manaus deverá buscar implementar igual solução para benefício inclusive dos TUP's. O representante da ANTAQ, senhor Luciano M. S. Neto, informou que com relação as regras para tarifação, comunicou que interrompeu as cobranças destas tarifas, até que houvesse uma evidência do plano de investimentos e ações no sentido da implantação definitiva e da operação do Canal de Acesso aos Portos da Cidade de Manaus, para a qual se colocou à disposição para se reunir com a Autoridade Portuária, com a Marinha e outros entes na busca de soluções para esta demanda. O Presidente propôs chamar esta pauta, e que de Brasília mobilizará a todos os envolvidos para agilizar esta solução. Claudemir Farias Barreto, representante dos Estivadores, colocou a questão da posição dos TUP's em relação aos trabalhadores Portuários. Segundo o mesmo, os TUP's estão buscando ficar de fora da Poligonal, para reforçar a tese de que com isso estejam desobrigados das regras de tarifação e de contratação de Mão de Obra do OGMO ou Avulsa. O Presidente colocou que de acordo com a atual Lei dos Portos, os Terminais Privados que não estejam na Poligonal, não estão obrigados a contratar Mão de Obra do OGMO, e isso vale para todo o País. O Representante da CODOMAR apresentou mais uma questão, que é a informação de que estariam sendo cobradas, por parte dos TUP's, tarifas por uso do Canal de Acesso das embarcações. A ANTAQ se colocou à disposição para apurar este fato. O Representante do Superterminais, o Sr. Joabe de França, fez questão de afirmar, que assim que a



cobrança foi suspensa pela ANTAQ, os TUP's acataram essa determinação, não havendo por parte dos Terminais Privados a cobrança do Uso do Canal de Acesso das embarcações que demandam o Porto de Manaus. **III.04 – Temporada de Cruzeiros 2016/2017**, o Presidente informou que dia 11/11/2016 aportará o primeiro navio de Cruzeiro no Porto de Manaus, sobre essa demanda, a CODOMAR em 24/10/2016 constituiu Grupo de Trabalho para coordenar as ações relativas aos esforços para o receptivo destes Navios ao longo da Temporada de Cruzeiros, principalmente com relação a liberação do terminal do Armazém 09, para auxílio na infraestrutura de recepção dos passageiros. Foi realizada uma primeira reunião desse grupo de trabalho no dia 04/11/2016, para deliberar sobre um plano de contingência, com o objetivo de atender as necessidades dos participantes dessa temporada, tanto para os passageiros e tripulantes dos navios de cruzeiro, como todos os envolvidos nesse receptivo. Nesta reunião, foi iniciada uma estratégia para a disponibilidade, ainda em carácter provisório, do Armazém 09 aos Arrendatários, e ao longo da Temporada, ampliar esta iniciativa para a transferência em definitivo desse Terminal. No dia 08/11/2017, foi elaborado um Termo para Utilização do Terminal 09, em condição provisória, firmado entre a SEP, DNIT, CODOMAR, Arrendatárias e Operadora Portuária Sierra do Brasil Ltda. O objetivo foi a liberação das instalações para ações corretivas, visando a preparação adequada aos procedimentos necessários ao receptivo. O Presidente, ressaltou o avanço na melhoria do relacionamento entre a Autoridade Portuária e Arrendatários, o que é muito promissor para a Gestão do Porto de Manaus. O projeto para a temporada de cruzeiros é a liberação inicial de parte do Terminal para atender as necessidades da AMAZONASTUR, e posteriormente transferir todo o Terminal para as Arrendatárias. Comunicou que o documento está em processo de coleta de assinaturas pelas partes. O Representante da EHA, Sr. Judson Drummond, apresentou um adendo para fazer justiça a ausência da AMAZONASTUR, que este trabalho para atender o receptivo é feito há décadas. Essa mobilização, nesta temporada, se deu em função do questionamento do órgão de turismo quando foi informado da precariedade das instalações anteriormente usadas, em função da sua indisponibilidade, o que precipitou as em andamento pelo Grupo de Trabalho. Informou que os Arrendatários/Operadora, já dispõe de todo o material para as

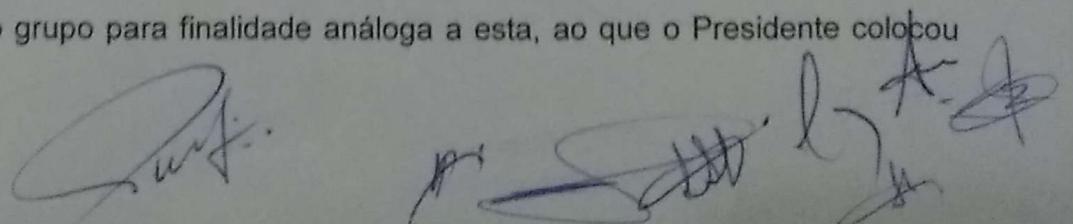


intervenções necessárias. O Representante da CODOMAR, Sr. Antonio Manoel Silvano Neto reforçou essa informação, e acrescentou que a formalização visa dar maior segurança jurídica para todos os entes envolvidos nessa iniciativa. Foi colocado que o documento dessa formalização precária será entregue após a assinatura de todos. No momento o documento foi encaminhado para receber a assinatura do DNIT, e será disponibilizado tão logo esta fase se encerre. O Presidente solicitou uma inversão de pauta, e colocou para análise e aprovação de todos os membros do CAP a assinatura de um documento de apoio a Autoridade Portuária nesta iniciativa do Grupo de Trabalho. Foi então elaborado o texto desse documento, que foi lido e analisado por todos os presentes, afirmando a importância dessa iniciativa, posteriormente o texto foi assinado por todos os presentes, a exceção do representante do Capitão dos Portos, em função da necessidade da aprovação do mesmo, visto que o substituto presente, CT Rodolfo Aurélio, não possui delegação para assinar em nome da Marinha. Foi colocado que posteriormente esta assinatura poderia ser colhida e apensada ao documento. O representante da AMAZONASTUR, Sr. Francisco Alves, externou a preocupação com respeito ao Terminal de Parintins. O Presidente informou que foram feitas algumas intervenções e que o equipamento que faria os serviços foi danificado, e que outro equipamento estaria vindo do Acre, com previsão para o dia 13/11/2016. Foram feitas considerações quanto à particularidade das condições do Porto de Parintins. Essas informações foram dadas pelo Engenheiro Luciano do DNIT. Apesar desse assunto não fazer parte da pauta da reunião do CAP. O Presidente reforçou a existência do documento que será analisado em reunião amanhã em Brasília, no Ministério, para onde foram convocados a CODOMAR, CONSAD da CODOMAR, a SEP e DNIT para consolidar iniciativa de entrega provisória, e subsequente definitiva das instalações do Terminal para os Arrendatários. Foi questionado quanto a necessidade da presença da ANTAQ nessa reunião, o que foi esclarecido que nessa fase não será necessário pois a reunião será específica para o processo de entrega da obra dos Terminais. O Sr. Alessandro Toniza, representante SINOP, reforçou a importância da presença da ANTAQ, em função da necessidade da liberação das atividades comerciais a serem exploradas nos Terminais. O Representante da ANTAQ, Sr. Luciano M. S. Neto colocou que nos próximos passos a

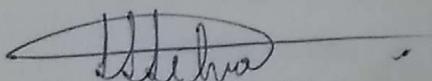


Diretoria da ANTAQ em Brasília, fosse informada para que no nível do Ministério dos Transportes, pudesse se manifestar em caso de necessidade. O representante da ANVISA, o Sr. Oséas Reis da Costa, inicialmente se desculpou pela não participação das reuniões anteriores, e fez algumas considerações quanto às demandas relativas à segurança sanitária dos usuários dos cruzeiros e a população local, e também com relação ao rigor na permissão de acesso aos Navios de Cruzeiro, para evitar ocorrências indesejáveis como o ocorrido na temporada passada, realizando o protocolo que regulamenta essa questão. Observou inclusive que nesta temporada aportaram dois grandes Navios que nunca estiveram no Porto de Manaus. Solicitou que todas as atividades de comércio sejam comunicadas. Foi informado que não há previsão de comércio na área do terminal. O representante da ANVISA foi convidado pelos Arrendatários para uma visita no Terminal logo após o término da reunião, onde serão verificadas, in loco, as questões levantadas.

III.05 - Considerações Finais – O Presidente deu conhecimento aos presentes da Portaria nº 656, de 08 de novembro de 2016, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que constituiu Grupo de Trabalho com vistas a apresentar relatório conclusivo contendo proposição de soluções administrativas e operacionais ao Porto de Manaus, incluindo Plano de Ação visando a sua reestruturação, bem como dos órgãos e agentes responsáveis para a execução, nos termos do Acórdão nº 4461/2016. Deverão compor este GT, a Secretaria Executiva do Ministério, que coordenará os trabalhos, a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES, a Secretaria de Políticas Portuárias – SPP, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Os Órgãos terão até 05 (cinco) dias para indicar os respectivos representantes, que terão 60 (sessenta) dias para apresentar o relatório solicitado. Os trabalhos serão acompanhados pela Consultoria Jurídica – CONJUR/MT, para assessoramento jurídico e do Assessor Especial de Controle Interno do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O Presidente colocou que apesar de outros órgãos não fazerem parte do GT, como é o caso da CODOMAR, DNIT, etc., isso poderá ser revisto ao longo dos trabalhos. O representante do SINOP, senhor Alessandro Toniza colocou que no início do ano havia sido criado um outro grupo para finalidade análoga a esta, ao que o Presidente colocou

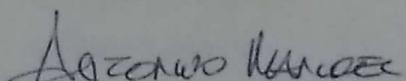


que mudou-se um pouco o foco, que há época visava outros objetivos e afirmou que muito do trabalho anterior será aproveitado e que o representante da SEP, no entendimento dele, será o Sr. José Alfredo. **V – ENCERRAMENTO**, O Representante dos trabalhadores Portuários voltou a reclamar do tratamento discriminatório por parte dos Terminais Privados que estão colocando os trabalhadores portuários à margem da economia, submetendo a categoria a uma situação extremamente difícil, para os mesmos e sua família, de maneira cruel e covarde. Um verdadeiro massacre da categoria, levando o OGMO a ser extinto em Manaus, e solicita que o CAP, do qual fazem parte, se posicione em sua defesa. O Presidente afirmou que se solidariza com a categoria, mas vê dificuldades na Lei para reverter esta situação. O Sr. Clodomir Farias Barreto pediu também uma audiência com a ANTAQ para colocar suas reivindicações. O representante da ANTAQ, o Sr. Luciano Neto se colocou à disposição para receber os trabalhadores. A Sra. Josefina Gomes, representante do SINDPORTO, também reforçou a mesma reclamação com relação aos trabalhadores da Capatazia, e solicita acesso, no que foi apoiada pelos representantes da CODOMAR e ANTAQ, que se colocaram à disposição para receber os representantes dos trabalhadores. Não havendo mais assuntos na pauta o presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e reconhecendo a evolução dos trabalhos, fixando a data da próxima para o dia 27/01/2017, às 09h00min, em Manaus, determinando a lavratura da presente Ata.



Luiz Stanley da Silva

PRESIDENTE

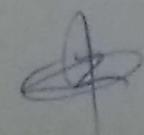
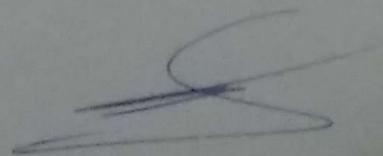
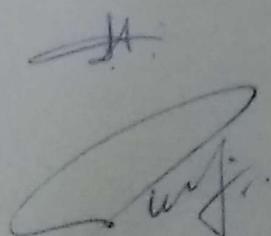


Antônio Manoel Silvano Neto

CONSELHEIRO

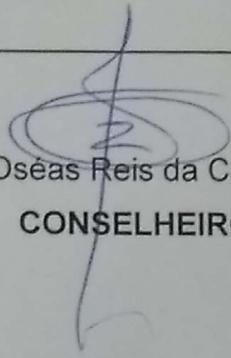
Luciano Moreira de Sousa Neto

CONSELHEIRO



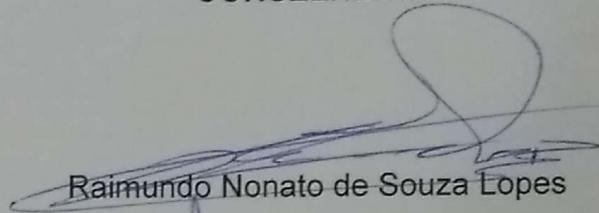


CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA
PORTO DE MANAUS

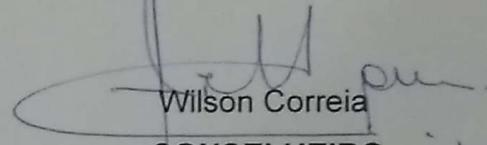

Oséas Reis da Costa
CONSELHEIRO

Mirne Santana Lisboa
CONSELHEIRO

Judson Drummond
CONSELHEIRO


Raimundo Nonato de Souza Lopes
CONSELHEIRO

Alessandro Bronze Toniza
CONSELHEIRO

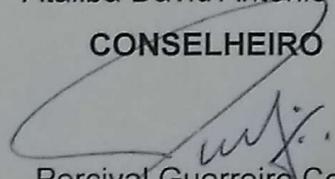

Wilson Correia
CONSELHEIRO

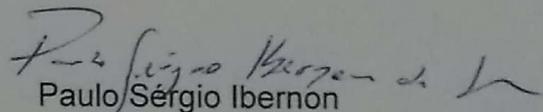
Clodomir Farias Barreto
CONSELHEIRO

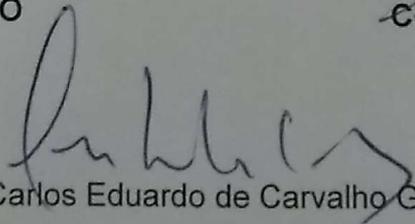
Elias Natividade Brasil
CONSELHEIRO

Ataliba David Antônio Filho
CONSELHEIRO

Josefina Gomes Dantas
CONSELHEIRA


Percival Guerreiro Corrêa
CONSELHEIRO


Paulo Sérgio Ibernou
CONSELHEIRO


Carlos Eduardo de Carvalho Gomes
SECRETÁRIO EXECUTIVO